

REGIME MILITAR E ESTADO BOLIVIANO: BALANÇO BIBLIOGRÁFICO E PERSPECTIVAS ANALÍTICAS¹

Aldo Durán Gil

RESUMO: Este artigo visa apresentar ao leitor brasileiro um balanço bibliográfico das interpretações gerais sobre o caráter e funcionamento do Estado boliviano nos anos 70. Para tanto, aborda os seguintes pontos: 1) apresentação das interpretações predominantes sobre a permanência do regime militar boliviano sob o período Banzer e 2) apresentação das interpretações mais importantes sobre o caráter e funcionamento do Estado boliviano, freqüentemente considerado como “Estado atrasado”. A análise bibliográfica aqui feita busca contribuir para o desenvolvimento de uma pesquisa de maior envergadura sobre o assunto: realizar uma investigação do regime militar (período Banzer) à luz do funcionamento estrutural e global do Estado boliviano.

UNITERMOS: regime militar, Estado boliviano, teoria do Estado, teoria política, sociologia política.

¹ As reflexões propostas neste artigo surgiram da nossa dissertação de Mestrado em Ciência Política, defendida em 1998 no IFCH/UNICAMP com o título “O Estado-de-golpe: uma análise do Estado boliviano sob o período de maior instabilidade e crise política (1978-1982)”, sob orientação do prof. Décio Saes. A primeira versão do texto foi apresentada em 1998 como projeto de pesquisa de doutoramento junto à FAPESP. Atualmente o autor é bolsista dessa instituição.

INTRODUÇÃO

O governo Banzer, instaurado através de um golpe militar em 1971, constituiu-se em um dos governos mais longos da história da Bolívia neste século: existiu durante sete anos (1971-1978), período de tempo bastante extenso para os “padrões políticos bolivianos”. Dissemos *padrões políticos bolivianos* para indicar que na história política do país predominaram períodos intensos de instabilidade política marcados por golpes e contragolpes de Estado e que alteraram significativamente tanto a forma da sucessão governamental quanto o tempo de permanência do cargo presidencial estabelecidos pela Constituição.

Contudo, o governo Banzer enfrentou constante instabilidade política, não se diferenciando, nesse aspecto, em grande parte dos governos do primeiro período do regime militar (1964-1971), nem do período denominado “caótico” ou “anômico”² (1978-1982). A sua longa permanência não contribuiu para estabelecer uma fonte de “estabilidade política”³ que garantisse o seu prolongamento até 1980 nem para facilitar uma abertura (liberalização) do regime que possibilitasse a saída dos militares da direção do Estado. É que o setor militar comandado por Banzer pretendia permanecer no governo até 1980, ano em que convocaria a eleições gerais. Contudo, o governo se viu na necessidade de antecipar as eleições para 1978. No contexto de sérias acusações de fraude eleitoral contra o governo e do aumento da pressão política das massas populares, Banzer foi deposto pelo general Pereda em 1978.

² Entre 1978 e 1982 a Bolívia teve seis golpes de Estado e nove presidentes; dois efêmeros governos parlamentares (Guevara e Gueiler); três eleições gerais (1978, 1979, 1980).

³ Referimo-nos aqui à “estabilidade política” do regime militar em relação ao estabelecimento de um controle mais ou menos rígido do processo de sucessão dos integrantes da cúpula da instituição castrense no comando do executivo e dos principais postos dos altos escalões da burocracia estatal. Esse controle possibilitaria a prolongação do regime político (regime ditatorial-militar). Por outro lado, a estabilidade é também considerada como o estabelecimento de um processo de sucessão governamental não definido pelo golpe de Estado.

Frente a esse quadro político, surge um conjunto de perguntas: a que se deveu a permanência do regime banzerista por sete anos, dada a instabilidade política que o caracterizou? Quais os principais fatores políticos que provocaram essa instabilidade e qual a sua peculiaridade? Por que a instabilidade apresentou-se de uma forma mais acentuada e “caótica” neste país, diferentemente dos outros regimes sul-americanos? Onde estariam as principais causas desse fenômeno? Por fim, é possível sustentar que o regime militar boliviano dos anos 70 teve a “incapacidade de se institucionalizar” devido à alta politização das forças sociais e à baixa institucionalização do sistema político, diferentemente do regime militar brasileiro, que teria sido o único regime sul-americano que conseguiu uma institucionalização política e, por conseguinte obteve uma razoável estabilidade política, conforme interpretam alguns autores (Huntington, 1975, 1996 e Stepan, 1988)?

Huntington (1975), por exemplo, define estabilidade política em função do critério da (alta, média ou baixa) institucionalização do sistema político. E a institucionalização política é entendida como a capacidade que teria uma sociedade de definir, através de normas e regras jurídico-políticas, o jogo da competição do poder entre os atores políticos (eleições periódicas, consenso político, distribuição dos altos cargos da burocracia estatal na base de um acordo político entre partidos concorrentes, etc.). Não obstante, essa institucionalização somente seria possível nas sociedades modernas (EUA, Europa Ocidental e inclusive a sociedade soviética). O que não ocorreria nas sociedades chamadas “em modernização” (países do “Terceiro Mundo”); estas seriam constitutivamente anômicas: padeceriam de um processo intenso de pretonização, isto é, do predomínio da intervenção do Exército na política, o que refletiria uma alta politização das forças sociais (“sociedades politicamente ativas”) e uma baixa institucionalização do sistema político. Nesse sentido, a alta politização desse tipo de sociedades aparece como um indicador negativo que impede a modernização do sistema político⁴.

⁴ Uma análise semelhante, mas aplicada ao caso boliviano, é a de Jean-Pierre Lavaud (*L'Instabilité Politique de l'Amérique Latine. Le cas de la Bolivie*, 1991). Com preocupações análogas às de Jacques

Neste artigo não pretendemos responder as questões supramencionadas, cujo esclarecimento da problemática do caráter do governo militar do período Banzer e do caráter do funcionamento do Estado boliviano nesse período somente seria possível através de uma pesquisa de maior envergadura. O que este artigo se propõe é mais modesto: visa apresentar ao leitor brasileiro um balanço bibliográfico das interpretações gerais sobre o caráter e funcionamento do Estado boliviano nos anos setenta. Para tanto, devemos abordar os seguintes pontos: 1) exposição das interpretações predominantes sobre a permanência do regime militar boliviano sob o período Banzer e 2) exposição das interpretações mais importantes sobre o caráter e funcionamento do Estado boliviano, freqüentemente considerado como “Estado atrasado”. Nesse sentido, o balanço bibliográfico aqui apresentado está norteado pela seguinte preocupação analítica: busca contribuir para o desenvolvimento de uma investigação do regime militar (período Banzer) à luz do funcionamento estrutural e global do Estado boliviano.

1. INTERPRETAÇÕES SOBRE O REGIME MILITAR DO PERÍODO BANZER (1971-1978)

Influenciados pela interpretação sobre a institucionalização do regime militar brasileiro, Guevara (1981) e Ramos (1980, 1983) concluem que o regime militar do período Banzer não conseguiu se institucionalizar como aquele regime devido à incapacidade de estabelecer regras políticas institucionais (principalmente para a cúpula da instituição castrense) que assegurassem a sucessão governamental. Esse fracasso teria redundado

Lambert (1969), que considerava América Latina como uma região politicamente instável, em relação aos países centrais, devido ao fraco desempenho e funcionamento das instituições sócio-políticas e do sistema político, Lavaud tenta desvendar a dinâmica e as fontes da instabilidade política boliviana no período 1952-1982.

tanto no aumento do grau da repressão das massas trabalhadoras (“terrorismo de Estado”) quanto da corrupção generalizada – através da corrupção o regime teria conseguido uma base de legitimação nos setores das massas populares e da classe média. Esses fatores teriam contribuído decisivamente para a manutenção do poder militar; e é baseado nesses fatores que os autores classificam o regime militar boliviano como regime fascista.

No outro extremo, para autores de esquerda como Dunkerley (1984) e Galvarro (1980), o fenômeno da “alta politização” da sociedade boliviana é visto como um fato positivo, no sentido de que essa politização – que seria impulsionada pela prática política do proletariado boliviano e dos movimentos sociais – possibilitaria uma transformação sócio-política significativa. Inclusive, tais interpretações sugerem umnexo causal entre alta exploração econômica e repressão política das massas trabalhadoras e alta organização e combate político-sindical. Esse teria sido o caso do proletariado mineiro (organizado na *Federación Sindical de Trabajadores Mineros de Bolivia* – FSTMB) e na *Central Obrera Boliviana* (COB) – essas duas organizações sindicais foram duramente reprimidas no regime militar, principalmente no governo Banzer. Haveria, assim, uma excessiva valoração, nessas análises, tanto da ação política do combate à ditadura banzerista quanto do papel político exercido por ambas as organizações de classe na sociedade boliviana. Assim, o país acabou sendo visto como um lugar de “explosão política permanente”, onde a revolução socialista estaria na ordem do dia.

No que tange às interpretações sobre a longa permanência do governo Banzer, Ramos (1980, 1983), de la Cueva (1983) e Echazú (1988) defendem a tese de que o êxito inusitado do regime militar do período estaria na sua natureza *fascista*, sendo considerada a repressão como o fator determinante. Outros, como por exemplo, Whitehead (1990, pp.85-86) interpretam que as causas estariam na combinação das variáveis maquiavélicas da *fortuna* do líder militar (Banzer) e do *medo* (imposição do regime de terror). Já para Zavaleta, que considera Banzer como um

“soldado de fortuna”, a permanência do regime estaria na consistência do aparelho de Estado, em termos de *corrupção-terror-inteligência*: uma combinação, de um lado, da doutrina da segurança nacional com a elaboração de políticas estatais marcadas pelo pragmatismo político; e de outro, de um tipo de mediação política denominada “mediação *prebendária*”, cuja prática política combinaria elementos do populismo, clientelismo, corrupção generalizada e a mediação do narcotráfico. E a queda do regime banzerista teria sido provocada basicamente por três fatores: 1) pelo peso do próprio Estado, modernizado, mas ao mesmo tempo mais deslegitimado; 2) pela fusão burguesia-aparelho de Estado, fusão que manifestaria um indício de crise e regressão estatais (o governo Banzer estaria comandado por “gerentes burgueses”; assim, a burguesia teria o poder em suas “próprias mãos”, instrumentalizando o Estado) e 3) pela pressão da massa popular: “era o destino de Banzer não cair por um golpe nem pelo ferro da guerra civil, mas pela determinação difusa da massa” (Zavaleta, 1980, p.90).

Do ponto de vista do funcionamento da economia, tanto os tecnoburocratas que integraram a equipe econômica do governo Banzer, quanto os autores que apoiaram esse governo interpretam que a causa da permanência do regime banzerista estaria no bom desempenho da economia boliviana durante quase sete anos consecutivos. O principal argumento é o de que o regime militar teria fornecido uma razoável estabilidade econômica que não teve comparação com as décadas de 60 e 80, conforme teriam mostrado as seguintes variáveis econômicas: 1) positivo crescimento do PIB, cuja média foi de 4,6% no período de 1971-1978 (nos anos de 1973 e 1975, o PIB alcançou seu ponto mais alto: 6,8 e 6,6% respectivamente), 2) baixa inflação (em 1978, chegou apenas a 10,4% ao ano, contra 35,5% em 1981, 300% em 1982 e 25.000% em 1985), 3) aumento significativo de divisas provenientes, tanto das exportações de minérios e de produtos petrolíferos quanto dos empréstimos externos, feitos em condições “favoráveis” para o país, 4) salários estáveis (o setor de

mineração, por exemplo, teve um incremento de 152% entre 1970 e 1977 conforme os dados do Conselho Nacional do Salário) e 5) baixa taxa de desemprego (em 1980 chegou a 5,77%, pulando para 9,68% em 1981 e para 10,89% em 1982)⁵.

Ao contrário da visão oficial sobre a economia boliviana, Toranzo (1988) denomina o sistema de acumulação que vigorou no período militar Banzer como *banzerato* (interpretação semelhante às posturas de Zavaleta em relação à “mediação *prebendalista*”): um padrão de acumulação baseado na intensa transferência de capital para o setor privado procedente dos lucros das empresas estatais (principalmente das empresas mineradoras); e que combinou outras formas de acumulação por parte da grande e média burguesia como, por exemplo, contrabando de todo tipo, extorsão e desfalque das contas do Estado, empréstimos com fundos perdidos, bem como acumulação de capital pela via do narcotráfico. Embora aluda a uma situação real, de crise de acumulação, que teve efeitos significativos que contribuíram com a queda do regime banzerista, Toranzo caracteriza a burguesia boliviana como irresponsável, pois não investe no país (reprodução ampliada do capital) e, portanto, tende a se destruir a si própria, consumindo irracionalmente o excedente⁶.

Embora a crise do padrão de acumulação baseado na chamada “economia mineiro-estatal” apresentasse sinais de aguçamento a partir de 1978-1980, que expressaria algo mais que uma fase recessiva conjuntural – conforme sustentam Villegas e Aguirre (1989) –, ela não foi determinante para a queda do regime banzerista nem para o colapso do regime militar boliviano. Não é nosso propósito neste artigo proceder à análise da crise

⁵ Ver os dados oficiais em INE (1980), BCB (1978), NAMM (1978 e 1980), UDAPE (1990) e CEPAL (1983). Entre os autores que tendem a endossar parte dessa tese – embora critiquem a acentuada intervenção do Estado na economia em termos de “estatismo”, “corporativismo”, “populismo”, além de identificarem a crise econômica provocada pela crise do chamado *modelo de acumulação mineiro-estatal* que nasceu no Estado instituído em 1952 – estão: Morales & Sachs (1990a e 1990b) e Mansilla (1994).

⁶ Grebe (1983) acompanha o mesmo raciocínio.

desse “padrão de acumulação” e no exame da sua articulação com a crise do petróleo de 1973, com a reorganização do capital financeiro internacional, bem como com a relativa elevação dos preços dos minerais (especialmente do estanho) no mercado mundial. No entanto, para os nossos objetivos, basta colocar aqui, de forma sintética, o problema formulado por alguns autores: tal padrão teria se instaurado desde o surgimento do Estado de 1952 (capitalismo de Estado que funcionou com o suporte das minas nacionalizadas), cujos excedentes, ao longo das décadas de 60 e 70, foram consumidos ou dilapidados de forma irracional pelas classes dominantes, o que teria impossibilitado a reprodução ampliada do capital. As causas desse modelo de acumulação – caracterizado como irracional – estariam na irresponsabilidade da burguesia boliviana e na “classe política” que dirigiu o Estado, modelo esse que entrou em colapso no período 1978-1980, coincidindo com as crises de produção e de consumo mundial do estanho. A partir desse ano teria surgido um novo modelo de acumulação (propiciado por uma espécie de diversificação da economia) baseado na produção de produtos não-tradicionais para exportação (basicamente a agroindústria) e, sobretudo, na economia da coca-cocaína⁷.

Para Villegas e Aguirre (1989, p.13), que preferem utilizar a teoria dos ciclos de longo prazo da economia capitalista, haveria que especificar qual seria o período que abarca esse “padrão de acumulação”, os seus aspectos que teriam entrado em crise, bem como o tipo de tendência que configuraria a “nova estrutura econômica a médio e longo prazos”.

⁷ Sobre a crise mundial do estanho, ver Crabtree (1987). Sobre a crise do padrão de acumulação boliviano ver: Toranzo (1988); Grebe (1983) e Castedo (Castedo & Mansilla, 1993). Sobre o novo padrão de acumulação baseado na economia da coca-cocaína, que teria dado origem ao “Super Estado da coca-cocaína”, semelhante ao “Super Estado Mineiro” que vigorou antes de 1952, ver: Bascope (1982), Canelas & Canelas (1983) e Rodas (1996). O problema dessa tese é que o Estado instituído em 1952 teria entrado em queda a meados da década de 70, até entrar em colapso nos anos de 1980-1981; e o fator determinante dessa queda seria a economia do narcotráfico.

Perspectivas analíticas: uma proposta de estudo sobre o problema

Com efeito, a instabilidade política do país estaria articulada com as crises do regime militar (1964-1982); essas crises, por sua vez, estariam relacionadas com as crises gerais do Estado⁸ boliviano formado em 1952. A questão então seria: não teria o regime militar do período Banzer contribuído decididamente para o agravamento das crises do Estado boliviano, crises essas que adotaram a forma de uma “imposição do terror” contra as classes trabalhadoras e a forma de “caos político” do período pós-78? Em outros termos, o desvendamento das causas da instabilidade política do país passa necessariamente pelo estudo do Estado boliviano que se configurou sob o governo Banzer. Ao mesmo tempo, tal empreitada analítica deve tomar em conta as principais determinações sócio-históricas do Estado que emergiu da Revolução Nacional de 1952 e que se prolongam até as décadas de 70 e 80.

O tema proposto visaria dar continuidade aos estudos sócio-históricos e políticos desse país no que diz respeito à problemática do “Estado atrasado”⁹ (que na sua essência seria instrumentalizado pelas classes dominantes, sendo reduzido a uma coisa ou objeto) e ao aprofundamento das investigações sócio-políticas desse tipo de sociedades que, na bibliografia existente, aparece recorrentemente sob o aspecto de “sociedade atrasada”. Frente a essa preocupação, tal estudo deve buscar contribuir para o esclarecimento da problemática da “sociologia do atraso” – que parece ter

⁸Quanto aos conceitos de *crise política*, *crise de Estado* e *crise de hegemonia*, bem como à problemática dos regimes ditatoriais e às suas crises políticas, nos apoiamos em Poulantzas (1976, 1977 e 1978).

⁹ “Estado dependente” ou “Estado periférico” nas formações sociais capitalistas periféricas. Essa problemática foi abordada por vários autores (incluindo os da “teoria da dependência”), cujas conclusões gerais apontam para o fato de que nessas sociedades haveria um predomínio do político sobre o econômico. Tilman Evers tentou trabalhar essa questão de forma sistemática na sua obra intitulada *El Estado na Sociedade capitalista* (1985). Ver Alavi (1972), Sonntag (1985) e Vergoupoulos (1983).

dados suporte teórico a um conceito de “Estado atrasado”.¹⁰ Por outro lado, a investigação deverá começar pela análise pormenorizada do caráter das principais crises políticas do final da década de 60: a configuração do regime militar; efeitos políticos da luta guerrilheira comandada pelo *Ché* Guevara sobre o regime militar e sobre o sistema político boliviano; a instauração dos governos militares reformistas (Ovando e Torres) e a instauração da Assembléia Popular. Esses elementos fazem parte do contexto sócio-político do golpe de agosto de 1971 que levou ao poder o coronel Banzer e que acabou com o governo Torres e a Assembléia Popular.

Como se sabe, essa empreitada golpista visava, pelo menos, dois objetivos imediatos: derrotar o projeto político do setor de esquerda do Exército boliviano (setor nacionalista-reformista aliado à classe operária e que se sintetizou na figura do general Juan José Torres) e eliminar politicamente a Assembléia Popular. Para o setor “linha-dura”¹¹ do Exército, o golpe restaurador era tido como inevitável porque o país estava atravessando uma profunda “instabilidade e caos político generalizado”; alegava-se que um grupo de oficiais da instituição castrense havia aderido ao comunismo, que induziu à radicalização política das massas populares e possibilitou a instauração de uma organização sindical com poder legislativo

¹⁰ É comum encontrar sugestões e elementos teóricos desse tipo de abordagem (e que se exprime também na economia e na ciência política) em vários autores latino-americanos; sem citar as obras e sem especificar o conteúdo dessas sugestões, mencionamos apenas alguns autores, desde Florestan Fernandes, passando por Celso Furtado, Gunder Frank, até Zavaleta e Lora, sem falar da “teoria da dependência” (F. H. Cardoso e E. Faletto) e da teoria econômica desenvolvimentista oriunda da CEPAL (Prebisch), além de autores norte-americanos como Huntington, Stepan e Malloy e de autores da corrente institucionalista francesa como Lambert (1969) e Lavaud (1991).

¹¹ Denominamos “linha-dura” do Exército boliviano ao setor comprometido com o projeto “restaurador” da Revolução, isto é, com o movimento contra-revolucionário que aplicou o golpe de 1964 e que foi liderado pelo general Barrientos. Longe de reduzir as divisões internas da instituição castrense a um conflito de tipo binário (linha-dura *versus* linha-branda etc.), e apesar de o termo não exprimir as linhas de clivagens da instituição castrense face às suas crises internas e face às crises políticas patenteadas no período pós-64, ele é utilizado aqui para diferenciá-lo do setor militar que fez uma aliança com a classe trabalhadora (setor reformista-radical) no final da década de 60.

ilegítimo (Assembléia Popular, cujas atividades desenvolveram-se na própria sede do Parlamento), que feria a Constituição.

Durante três meses (maio-julho de 1971) a Assembléia Popular havia funcionado como um Legislativo Popular comandado pela classe trabalhadora – COB, o Partido Operário Revolucionário (POR), Partido Comunista da Bolívia (PCB), Movimento de Esquerda Revolucionário (MIR), o Partido Socialista e uma facção de esquerda do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR). A Assembléia visava resgatar a luta política do proletariado boliviano da primeira fase da Revolução Nacional de 1952 (fase do processo revolucionário com alta participação política da massa popular sob a liderança do proletariado mineiro) e tomar diretamente o poder – isto é, sem ser dirigido por um partido alheio à classe trabalhadora, como se dera nesse ano, quando o proletariado mineiro perdeu a direção política do processo revolucionário para o MNR.

Finalmente, o estudo deveria tomar em conta as interpretações sobre o golpe de agosto de 71. Tal golpe suscitou diversas interpretações tanto no plano político quanto no acadêmico. Nos setores de esquerda, a interpretação mais comum exprimiu um viés conspirativo: o golpe teria sido gerado por forças externas, isto é, viabilizado pela direta intervenção do imperialismo norte-americano através da Embaixada desse país, da CIA e do Pentágono, em colaboração com os oficiais do Exército boliviano e com os militares brasileiros e argentinos. Uma interpretação semelhante é aquela que dá excessiva importância ao “sub-imperialismo” brasileiro: o golpe teria refletido uma “forte” influência do Estado brasileiro (interesses de tipo econômico, político e geo-político teriam motivado essa intervenção) sobre a Bolívia e que exprimiria – esse é o suposto da qual parte essa interpretação – a concretização de alguns postulados das doutrinas da Escola Superior de Guerra (ESG) brasileira. O país seria “um prisioneiro geopolítico do Brasil”: essa é a interpretação de Sanchez (1972), sendo endossada por Needleman (1974). Esses dois autores reproduzem unilateralmente as idéias sobre o “subimperialismo” de Marini (1969, 1973). Outra interpretação semelhante

é a de Gallardo (1991), ex-ministro do Interior do governo Torres. Durante o ano de 1971, a imprensa brasileira referiu-se a uma “teoria do cerco” (noticiada pelo jornal *Estado de São Paulo*) que teria sido elaborada pelos militares brasileiros: a idéia seria a de impedir e conter o avanço do comunismo, o qual estaria prestes a tomar o poder no Uruguai e na Bolívia; no caso do primeiro país, a estratégia era a invasão e no caso do segundo, envolvimento em empreitadas contra-revolucionárias. De acordo com as informações de Gallardo, Sanchez e Needleman, a Embaixada brasileira teria participado nessa empreitada golpista, fornecendo armas e vestuário militar: o próprio ex-embaixador brasileiro na Bolívia, Hugo Bethlem teria se envolvido diretamente no golpe. O interesse geopolítico e econômico imediato perseguidos pelo governo brasileiro seria o de “controlar” (e por conseguinte explorar) a maior jazida sul-americana de ferro que está em território boliviano, perto da fronteira com Brasil (região leste).¹²

Uma outra linha de interpretação provém de alguns autores de esquerda, basicamente de Guillermo Lora e de René Zavaleta. Ambos autores concordam que a direção da COB e dos partidos que deram sustentação política à Assembléia Popular teriam sancionado o erro político cometido pelo proletariado boliviano na Revolução de 52 (isto é, o de perder a direção política do processo revolucionário para o MNR); mas teriam cometido um outro erro que os levou à derrota: o de não criar uma milícia proletária (com capacidade de defesa e combate prolongado para enfrentar o Exército) e de não armar as massas populares para defender a Assembléia Popular e o governo Torres. Somente nos dias da deflagração do golpe teriam sido distribuídas armas pelo governo e que possibilitou uma

¹² O problema desse tipo de interpretações é que existiria uma ação política conspirativa, supostamente desenvolvida por alguns atores políticos que determinariam o “destino” dos países mais atrasados da região sul-americana (imperialismo norte-americano, suposto subimperialismo brasileiro e argentino). Além de superestimar os fatores externos e praticamente negar a importância do primado dos fatores internos, tais interpretações utilizam apenas um par de variáveis explicativas que não dão conta do fenômeno político em questão. Ver a crítica de Zavaleta (1987) a esse tipo de análises.

significativa resistência ao golpe na cidade de La Paz, mas que não foi suficiente para derrotar os setores das Forças Armadas (Divisões do Exército e da Força Aérea) que apoiavam Banzer.

2. SÍNTESE DA BIBLIOGRAFIA SOBRE O ESTADO BOLIVIANO FORMADO EM 1952

As avaliações e interpretações sobre o governo Banzer e sobre o regime militar desse período articulam-se à problemática das interpretações gerais sobre o Estado boliviano que emergiu em 1952, sendo necessária uma revisão crítica das principais interpretações formuladas pelos autores bolivianos mais representativos. As questões a serem examinadas seriam as seguintes: como foi interpretado o Estado sob governo Banzer? A partir de que conceitos teóricos ele foi interpretado? Quais foram as explicações gerais sobre a instabilidade política da década de 70? Enfim, quais foram as interpretações predominantes? Para os nossos propósitos, é suficiente apresentar uma síntese da bibliografia que focaliza as principais interpretações sobre o Estado boliviano formuladas na década de 70 e inícios da década de 80.

Dentre as diversas interpretações surgidas, no período mencionado, podemos nos referir basicamente a duas correntes teóricas mais importantes: 1) aquela formulada por René Antonio Mayorga (1987a, 1987b e 1988b) e H.C.F. Mansilla (1992 e 1994)¹³ e 2) a outra formulada pelos autores filiados à teoria marxista, principalmente as de René Zavaleta e Guillermo Lora.

O argumento principal sobre o caráter do Estado boliviano exposto pela primeira corrente teórica é a de que o Estado surgido da Revolução

¹³ A obra *Bolivia: la Revolución Inconclusa* de Malloy (1989), cuja primeira edição em inglês data de 1970 e cujas linhas de pesquisa, parece ter amplamente influenciado os autores bolivianos desta corrente teórica.

Nacional de 1952 entrou na sua fase de maior crise no final da década de 70 e inícios da década de 80: crise que é entendida como uma crise orgânica e caracterizada como crise global (da sociedade, do Estado, da cultura etc.). Devido à natureza intervencionista do Estado, à alta politização das massas, através de um movimento sindical corporativista e ao surgimento do autoritarismo militar em 1964, que incorporou e reproduziu o intervencionismo estatal, o Estado boliviano teria entrado num colapso generalizado no período da maior instabilidade política e de transição à democracia (1978-1982). Assim, as crises do regime militar dos anos 70 seriam o reflexo das crises do Estado e da sociedade boliviana. No período 1982-1985, o Estado de 1952 entraria numa fase terminal: aqui se faria mais patente a incapacidade desse Estado de resolver os conflitos sociais e políticos sobre a base de uma lógica de ação racional concertada ou pactuada entre os principais atores políticos (governo, militares, a COB, partidos políticos, empresários, camponeses etc.). A principal razão disso estaria na predominância de uma lógica de ação política destrutiva dos atores políticos (Mayorga, 1987a, p.26-27).

Em suma, o período de 1978-1985 manifestaria a dissolução do Estado de 1952, cujo pacto constitutivo teria sido quebrado por uma lógica de ação política destrutiva, lógica essa que teria erodido as bases estruturais e institucionais do Estado, impossibilitando, dessa maneira, um novo pacto entre os principais atores políticos. Assim, seria só em 1985 que se ergueria um novo Estado, a partir do Pacto pela Democracia que derivou no governo de Paz Estenssoro (MNR)-Banzer Suárez (Acción Democrática Nacionalista – ADN). Tal governo teria acabado com a “desordem política” e a inflação; isto é, teria implementado a Nova Política Econômica (NPE) e viabilizado uma reforma do sistema político e do Estado, que foram o alicerce de uma estabilidade econômica e política duradoura¹⁴.

¹⁴ As reformas políticas realizadas a partir desse ano foram consideradas, pelos autores mencionados, como um processo de democratização política e de modernização do Estado semelhante ao processo da Revolução de 1952. Vale dizer, o Estado de 1952 teria entrado em

Outra tese que defendem os autores desta corrente é o “empate político” (= equilíbrio político) prolongado (Mayorga, 1985 e 1987a, p.22-23) entre o Exército e a COB, o qual teria surgido do pacto de 1952 e acabado se degenerando no corporativismo militar e sindical pela lógica de ação destrutiva intrínseca às suas práticas políticas. O empate teria paralisado ambos os atores, impossibilitando a criação de uma alternativa de poder estatal ou de poder popular. Assim, o empate é tido como constitutivo do Estado de 1952 e uma das maiores causas da instabilidade política do país.

Por outro lado, Mansilla (1994 e 1995) defende a tese de que nos anos 70 e inícios dos 80 o empresariado boliviano teria sido o único setor da sociedade a passar por um processo de modernização altamente positivo, superando suas próprias deficiências culturais e ideológicas e deixando para trás os seus maiores concorrentes tradicionais: a retrógrada classe operária e seu movimento sindical, bem como a corrupta elite política tradicional. Assim, os empresários teriam descoberto sua verdadeira vocação no contexto dos conflitos econômicos, políticos e sociais do país; e teriam conseguido converter essa força modernizadora num processo igualmente democratizador extensivo a toda a sociedade e ao Estado, processo esse que se evidenciaria a partir de 1985.

A segunda corrente importante de interpretação sobre o Estado boliviano provém das análises marxistas do Estado nas versões de Zavaleta e Lora. Igualmente aqui as concepções não são monolíticas ou homogêneas, ramificando-se de acordo com a postura teórica adotada por cada autor. Contudo, podemos dizer que esses dois autores sintetizaram, pelo menos

queda gradativa no final da década de 70, entrando em colapso no governo Suazo (1982-1985), até cair definitivamente em 1985, ano em que teria ocorrido uma “nova revolução política”. E o fator determinante dessa queda não seria o narcotráfico – contrariamente às conclusões dos autores do “super Estado da coca-cocaína” – mas um conjunto de fatores sócio-políticos e econômicos. Assim, teria surgido um novo Estado, completamente diferente do anterior, em virtude das reformas neoliberais implementadas a partir desse ano. Ver Mayorga (1987a e 1987b), Mansilla (1994) e Morales & Sachs (1990a e 1990b).

até o início da década de 80, o debate teórico não apenas sobre o Estado boliviano, mas também acerca de um elenco de questões como, por exemplo: o caráter da Revolução Nacional de 1952, o movimento operário, a natureza das classes dominantes, bem como a luta pelo socialismo (na verdade, o debate sobre a natureza da formação social boliviana tem sua origem nas décadas de 40 e 50, no curso do embate ideológico entre nacionalismo e marxismo).

As primeiras proposições de Lora sobre o Estado boliviano partem da célebre Tesis de Pulacayo (ver Lora, 1987), formulada em 1946: a Bolívia é aqui considerada como um país capitalista atrasado, mas inserido na economia mundial através da exportação de minérios. O país refletiria o desenvolvimento combinado de diversos modos de produção (pré-capitalista e capitalista), com predomínio das relações capitalistas na indústria de mineração e das relações de tipo feudal no campo. Um traço característico desse processo de desenvolvimento seria a submissão da classe dominante ao imperialismo norte-americano. Por outro lado, a classe dominante é caracterizada como feudal-burguesia, porque ela estava articulada tanto aos interesses feudais como aos interesses imperialistas. Esse fato se teria manifestado nas três maiores empresas mineiras (cujos donos eram os chamados “Barões do Estanho”) que controlavam a vida econômica e política do país. Nesse sentido, “o Estado feudal-burguês justifica-se como um organismo de violência para manter os privilégios do latifundiário e do capitalista. O Estado é um poderoso instrumento que possui a classe dominante para esmagar seu adversário” (Lora 1987, p.11)¹⁵.

¹⁵ A tarefa da classe trabalhadora seria desenvolver uma transformação que combinasse uma revolução proletária e uma revolução democrático-burguesa, cuja estratégia predominante estaria comandada pela revolução socialista (Lora, 1987, p.13). A Tese também sustenta que a contradição fundamental se travaria entre o proletariado e o imperialismo. Embora sejam importantes essas proposições teóricas, elas exprimem uma certa influência da concepção instrumentalista de Estado (oriunda das concepções trostkistas e da IV^a. Internacional): este se reduziria a um objeto ou instrumento das classes dominantes.

O Estado boliviano posterior à Revolução Nacional de 1952 é caracterizado por Lora como “Estado burguês atrasado”, devido basicamente a uma dupla razão: a derrota do proletariado (a não realização da Tesis de Pulacayo), por um lado, e o fracasso do partido pequeno-burguês (MNR, que dirigiu a revolução) em realizar as tarefas democrático-burguesas e criar um vigoroso Estado nacional burguês, por outro. Se a incapacidade da feudal-burguesia era tal, que não conseguiu instaurar um Estado nacional e, por conseguinte, uma democracia formal, melhor não poderia fazer a pequena burguesia do MNR: esta fracassou politicamente. Nesse sentido, o Estado boliviano “ainda não é um Estado moderno na mais ampla aceção da palavra” (Lora, 1996, p.145-146).

Devido ao atraso do país, a inexistência de uma burguesia nacional, a incapacidade da pequena-burguesia do MNR de realizar as tarefas democráticas e de criar um Estado moderno, bem como a permanente intervenção do imperialismo no país, para Lora seria inviável a instauração da democracia e, por conseguinte, de um Estado burguês de tipo avançado. Nas palavras do autor: “uma das grandes tarefas democráticas, a criação do Estado nacional soberano, ficou frustrada para sempre, como consequência da inviabilidade do desenvolvimento capitalista pleno e livre, da impossibilidade da organização da democracia formal e da submissão da burguesia nacional ao imperialismo” (Lora, 1980, p.10; grifo nosso). Lora conclui, assim, que, “se se descarta a possibilidade do desenvolvimento das forças produtivas dentro do capitalismo, já não se pode esperar a estruturação desse grande Estado” (idem, p.10).

Entretanto, haveria um outro elemento que justificaria a tese da inviabilidade do capitalismo e da democracia: a herança histórica – numa prática sempre presente, que pesaria sobre as costas do país e atormentaria os bolivianos – do caudilhismo, do golpismo e da instabilidade política, cujas causas materiais estariam justamente no fraco desenvolvimento do capitalismo no país. Neste contexto, o Exército tende a se configurar como uma força política, em torno do qual gira a política nacional, em razão da

incapacidade das classes dominantes de cumprir com suas tarefas nacionais e democráticas, bem como do fracasso dos partidos políticos burgueses. Assim, o caudilhismo, principalmente o militar, “foi se nutrindo da extrema debilidade política e do golpismo, como método preferido num país que não tem possibilidades de viver a experiência de uma generosa democracia burguesa” (Lora, 1983, p.62). Segue-se disso que a maior crise do Estado boliviano, manifestada com forte impacto no final da década de 70 e inícios de 1980, seria a do nacionalismo burguês, cuja maior expressão estaria na crise do Exército (idem, p.87 e segs.).

Em relação à produção teórica de Zavaleta, a nosso ver, ele é o autor que mais escreveu sobre o problema do Estado boliviano a partir de um esquema teórico definido. Como aqui não é possível apresentar a maior parte dos artigos e trabalhos sobre esse tema, bem como o conjunto dos conceitos formulados pelo autor, limitamo-nos a expor, de forma sintética, algumas obras e artigos, bem como alguns conceitos importantes que fazem parte do seu arcabouço teórico. Lembremos que, no que tange a sua fase “ortodoxa” (que se inicia no final da década de 60 e se estende até inícios da década de 80) Zavaleta sofreu influências de Marx, Lenin, Gramsci e Lukács. Embora já sofresse influências de Offe e de Habermas (no que se refere à teoria sociológica e à teoria do Estado) na década de 70, o último Zavaleta tende a adotar com maior frequência as posturas desses dois atores, além de incorporar a metodologia utilizada por Max Weber nas suas pesquisas empíricas.

Em termos teórico-metodológicos, para Zavaleta haveria supostamente uma impossibilidade lógica de aplicação de teorias gerais à realidade boliviana (seja uma teoria geral do Estado, seja teorias sociológicas de longo alcance) dada a natureza invertebrada da sua formação social (Zavaleta, 1987). O autor caracteriza essa formação social indistintamente como invertebrada e ossificada (o termo espanhol utilizado é *sociedade abigarrada*). Por exemplo, ele considera as sociedades boliviana e peruana como “ossificadas”, devido à predominância – esse é o suposto – do papel exercido pelo Estado (ação intervencionista e totalizadora, que acaba

sufocando a sociedade civil) nessas formações sociais (ver Zavaleta, 1990, p.195). Essa imagem remete uma caracterização, problemática por certo, das sociedades da Europa do Leste (Rússia, etc.) feita por Gramsci: onde o Estado seria tudo e a sociedade civil “gelatinosa”, diferentemente das sociedades da Europa ocidental (Estado + sociedade civil, onde esta última se constituiria numa trincheira frente àquela). Assim, Zavaleta estampou o termo *abigarrado*, adjetivo que significa em espanhol: de cores mal combinadas, multicolor, heterogêneo, confuso¹⁶.

A característica invertebrada impediria, segundo o autor, qualquer tentativa de dar unidade àquilo que seria disperso através de uma simples fórmula. Em vez de teorias gerais, ele prefere utilizar, no caso de sociedades invertebradas, a crise como conceito-chave. A crise seria entendida como um momento anômalo na vida de uma sociedade, “como a aparição patética das pontas da sociedade que, de outra maneira, se manteriam submersas e gelatinosas”. Assim, ela adquiriria uma conotação particular, principalmente em sociedades de difícil “quantificação” como a boliviana (Zavaleta, 1986, p.21). Nesse sentido, a aplicação de um “método geral resulta no mínimo numa possibilidade tão remota como a de uma teoria geral do Estado. Cada sociedade deve reconhecer o método que a ela pode se referir ou ser pertinente. [...] O conhecimento crítico, pela forma aglutinada de índole heterogênea nesse pathos, é próprio de sociedades de duvidosa quantificação como a da Bolívia” (1986, p.21, nota 1). Em outra passagem, referindo-se o autor à justificação da sua metodologia: “em defesa do

¹⁶ O termo *abigarramiento* passou a ser utilizado para se referir ao caráter da formação social boliviana, significando heterogeneidade, dispersão do todo social, sobreposição de diferentes modos de produção fracamente combinados, atraso endêmico da estrutura social. Ver Zavaleta, 1990 (p.194-195) e 1983 (p.17-19). Tal conceito virou um chavão na sociologia boliviana. Ver o título “*Dinámica de una sociedad abigarrada*” que faz parte de uma coletânea intitulada *Bolívia en la hora de su modernización*, in Pacheco, 1993 (O termo espanhol *abigarrado* é aqui traduzido por *invertebrado*, por não termos encontrado outro termo semelhante em português).

método deve-se dizer que nenhuma ciência social é possível de outra maneira num país com as características da Bolívia” (1986, p.9)¹⁷.

Na sua primeira obra de maturidade, escrita em 1972, Zavaleta propõe um esboço de teoria do *Estado atrasado*.¹⁸ Dissemos esboço, porque ele não chegou a elaborar uma teoria propriamente dita desse tipo de Estado: limita-se a expor uma série de *elementos gerais* que fariam parte de um Estado atrasado, por contraste com o Estado avançado. Tratar-se-á mais de uma descrição de “um conjunto de características que são mais ou menos uma norma no que se refere à superestrutura de um país atrasado” (1987, p.167-168).

Com efeito, o seu conceito de Estado atrasado parte do suposto de que as funções e determinações de um país capitalista avançado e, as de outro, situado na periferia, seriam totalmente diferentes. E quais seriam as principais características que os diferenciariam? Existiriam três características fundamentais nos Estados capitalistas avançados: 1) a dupla autonomia do Estado (autonomia relativa com respeito à estrutura econômica e a autonomia perante a classe dominante); 2) a unidade ou centralização do Estado (que provém da base econômica e que reflete a realização plena do modo de produção capitalista – MPC); 3) a sobredeterminação da base pelo retorno ou réplica da superestrutura, o que aceleraria o desenvolvimento das forças produtivas. O Estado, aqui, segundo Zavaleta, seria mais eficiente na medida em que as *diversas* frações da burguesia o utilizariam como seu “comitê para a gestão dos assuntos comuns”, pelo fato de que tais frações viveriam num certo equilíbrio de poder e teriam uma maior racionalidade na utilização do Estado, coisa que dificilmente ocorreria nos países periféricos (1987, p.154-160).

¹⁷ Sem pretender fazer uma análise da metodologia e dos conceitos utilizados por Zavaleta, relembramos que o seu conceito de crise reflete à influência do conceito de crise (entendido como anomia, disfunção) empregado por Offe (1984) e Habermas (1994) nas análises de ambos autores sobre o capitalismo tardio.

¹⁸ Zavaleta, 1987; ver o item “*El episodio superestructural en la teoría del país atrasado*”.

Segue-se disso que o Estado atrasado careceria dessas três características básicas, pois “a determinação *em última instância* da base econômica sobre a superestrutura política é algo que ocorre de um modo muito mais imediato em uma formação social atrasada: aqui o Estado não tem as astúcias de um país avançado” (1987, p.160; grifo do autor). Além do mais, “nesses tipos de países, com efeito, a autonomia relativa que os sociólogos do mundo desenvolvido descrevem detidamente ou existe pouco ou não existe em absoluto. Aqui, a classe dominante exerce diretamente o poder, *manu propria*. Isso mesmo, quando pode fazê-lo” (1987, p.160-161; grifo do autor). Em outros termos, para Zavaleta, nos países periféricos ocorre uma instrumentalização real, de fato, do Estado por parte das classes dominantes. Assim, o Estado “é instrumental por antonomásia”, porque “a imediata ocupação do Estado por parte de homens que pertencem a uma classe dominante não indica uma visão ou interpretação instrumentalista do Estado, mas uma situação instrumental” (1990d, p.175-176).

Por outro lado, a fraca combinação ou coexistência de vários modos de produção e a decorrente contradição entre eles impediria a realização das tarefas democrático-burguesas. A tarefa da unificação, por exemplo, ficou para trás: o fato dela não acontecer ou demorar mais para ser estabelecida, torna ainda mais consistente o atraso dessa formação social e, porém, mais difícil a resolução da questão nacional. Por isso, essa tarefa (unificação e centralização) tende a ser cumprida, com muita dificuldade, pela pequena burguesia e pelo proletariado. Assim, este tipo de Estado, dominado e subordinado ao Estado imperialista norte-americano, constituiu-se no verdadeiro obstáculo para o desenvolvimento das forças produtivas. Esse fracasso político se deve ao caráter tardio e atrasado da formação do Estado e das burguesias locais (1987, p.160-167).

Além disso, Zavaleta acrescenta duas características importantes do Estado atrasado. Uma delas é a instabilidade política, cuja causa mais freqüente provém das contradições insolúveis entre as diversas frações das classes dominantes, as quais tenderiam a ser altamente centrífugas, e não

concêntricas, em virtude de uma dupla razão: a sua fraqueza e a sua fragmentação permanentes, reflexos do atraso; e a pressão divisionista da burguesia imperialista, que impede a unificação e centralização do Estado. A outra característica diz respeito ao papel do Exército: em geral, este estaria à disposição dos latifundiários e do imperialismo. Mas em casos excepcionais, o Exército poderia assumir a tarefa da centralização. Daí o caráter relativamente progressista de algumas experiências bonapartistas dos países atrasados, as quais teriam uma natureza diferente do bonapartismo clássico (1987, p.165-167; 1992).

No seu artigo “*El Estado en América Latina*” (1990d), publicado em 1983, no qual parece abandonar suas posturas instrumentalistas, Zavaleta critica o “teoricismo” das fórmulas metodológicas provenientes das teorias gerais do Estado (instrumentalista, estruturalista, hegeliana e “Escola lógica do capital”), cuja aplicação à realidade dos países atrasados resulta ser quase inviável. Em vez disso, deve-se considerar o Estado como *situação concreta, agregação histórica e particularidade* (1990d, p.170). Seria por aí que a análise do Estado cobraria maior força, estabelecendo o primado da realidade sobre a teoria: “os termos [...] estruturalista ou instrumentalista descrevem antes de mais nada *dados fatuais* do que marcos metodológicos para estudar o Estado” (1990d, p.176; grifo nosso)¹⁹. Nesse sentido, a chave interpretativa para analisar o Estado atrasado estaria no conceito de *equação social* formulada pelo autor, entendida como a forma de *entrecruzamento* entre a sociedade civil, as mediações entre esta e o Estado e o momento político-estatal (1990d, p.177-180).

No referente ao Estado burguês, cujo momento constitutivo seria 1952, Zavaleta defende a tese da *dissolução hegemônica* desse Estado, manifesta a crise orgânica ou *crise global* do período de 1978-1980 (Zavaleta, 1983a, p.29-32). Em outras palavras, as contradições do Estado do final da década

¹⁹Zavaleta alude aqui à problemática teórica sobre o Estado capitalista abordada no debate europeu entre instrumentalistas, estruturalistas, hegelianistas e os defensores da escola lógica do capital. Para Zavaleta, tal debate não teria avançado muito. Sobre o debate, ver Brunet (1986) e sobretudo, Poulantzas & Miliband (1975).

de 70 seriam o reflexo das contradições do Estado de 1952, cuja decadência aparece mais patente na crise da hegemonia burguesa, aqui concretizada como crise do nacionalismo revolucionário. Por conseguinte, o Estado burguês, formado em 1952, seria um Estado atrofiado, com sérias dificuldades de instaurar-se plenamente e realizar as principais tarefas democrático-burguesas.

É por isso que, para Zavaleta, a Revolução Nacional de 1952 não teria sido outra coisa senão uma “revolução burguesa contra a burguesia”. Ela estaria marcada por uma contradição fundamental, chamada pelo autor de “o paradoxo senhorial”: de um lado, a antiga classe dominante (oligárquico-liberal) teria sido incapaz de se auto-transformar numa burguesia moderna, pelo fato de carecer de ideais burgueses ou porque todos os seus padrões culturais seriam pré-capitalistas; de outro, ela seria capaz de se reconstituir como classe dominante “através das diversas fases estatais, de mudanças sociais imensas e inclusive de vários modos de produção”. Assim, a Revolução Nacional teria desaguado na “colocação de seus fatores ao serviço da reposição oligárquico-senhorial”. A marca senhorial constituiria, segundo o autor, um fato permanente na história do país (1986, p.15). Nesse quadro, o aparecimento do Exército no centro da vida política do país manifestaria a qualidade dessa “equação social” boliviana. Com efeito, estaríamos frente a uma “hegemonia negativa”, segundo o autor: expressão patética da crise e, por conseguinte, de dissolução do Estado de 1952 no final da década de 70.

Contudo, existem alguns problemas específicos da proposta analítica de Zavaleta, os quais não serão examinados aqui. Entretanto, desde já assinalamos duas limitações concretas dos estudos do autor sobre o Estado boliviano. A primeira limitação é a de que ele não analisou exaustivamente o Estado de 1952, nem o Estado da década de 70. O seu último trabalho (1986) abordou o Estado desde finais do século passado até 1952. Por outro lado, o conjunto dos seus trabalhos são artigos esparsos e limitados – escritos entre 1972 e 1984.

A outra limitação diz respeito ao(s) conceito(s) de Estado de Zavaleta. O seu conceito de *Estado atrasado*, elaborado em 1971 (Estado-instrumento, ou Estado-Coisa), permanece nos seus trabalhos, tendo um peso igualmente importante em relação ao conceito de Estado-situação-agregação-particularidade, na medida em que o Estado atrasado parece ser, na sua essência, instrumentalista por *autonomásia*. A questão então é a seguinte: não será que a concepção instrumentalista de Estado reaparece de uma forma mais sofisticada nos seus últimos trabalhos? Se o anterior é verdade, não haveria dois conceitos concorrentes na própria teoria do Estado de Zavaleta (Estado instrumento e Estado-agregação)? Mesmo na situação do “capitalismo organizado” que, segundo Zavaleta (1986, p.204), nos países como a Bolívia, apareceria na versão de ditadura, o critério predominante não continua sendo a instrumentalização do Estado? Afinal, qual o critério-conceito que o autor toma como norma?

Perspectivas analíticas: proposta de estudo sobre o problema

Da mesma maneira que a primeira parte deste artigo, um possível recorte epistemológico e analítico sobre o Estado boliviano seria o de direcionar a problemática tomando como eixo central os aspectos determinantes e constitutivos da natureza, da estrutura, bem como do papel do Estado na sociedade boliviana desde a década de 50 – neste caso, do Estado de 1952 e de suas diversas fases. Vale dizer, empreender uma análise sócio-histórica do objeto em consideração que tome em conta um conjunto de variáveis como, por exemplo: 1) o caráter do aparelho estatal, 2) relação Estado-classes dominantes, 3) relação Estado-classes dominadas, 4) o caráter da forma estatal e do regime militar boliviano adotado no período, 5) a configuração do sistema político-partidário, 6) a configuração do modelo de desenvolvimento econômico, o tipo de capitalismo implementado na Bolívia e 7) a formação das diversas frações da burguesia boliviana e de seus setores hegemônicos, a modalidade de acumulação de

capital por parte das frações burguesas preponderantes,²⁰ bem como o caráter de intervenção do capital estrangeiro no país.

À luz dessas variáveis, a problemática da instabilidade política boliviana – que aparece como um elemento político invariante na história do país e como constitutiva dos Estados atrasados devido à cultura política que vigoraria nesses países, conforme tende a interpretar a corrente política funcional-institucionalista, cuja análise revela a predominância de variáveis trans-históricas (anomia, atraso e instabilidade endêmica, pretorianismo, cultura ibérica) –, deve ser analisada tomando em conta: (1) o caráter da intervenção do Exército, (2) o caráter da sucessão governamental, (3) a configuração do Estado e (4) seu funcionamento específico nos diversos períodos e fases estatais do Estado de 1952. Em termos específicos, caberia indagar a peculiaridade do regime militar sob o governo Banzer e o comportamento dos principais atores políticos e das forças sociais na cena política, bem como a especificidade das crises (econômica, política, social, ideológica, crise de representação partidária, crise da instituição castrense etc.).

Finalmente, o estudo deverá também contribuir para a discussão teórica de pelo menos três temas importantes mencionados ao longo deste artigo, os quais estariam amplamente imbricados. O primeiro diz respeito ao caráter e funcionamento do Estado na periferia capitalista. De imediato, surgem as seguintes questões: seria esse Estado mero reflexo da estrutura econômica? Ou então, porque nas formações capitalistas periféricas a

²⁰ Preferimos utilizar o conceito de *fração burguesa preponderante* ou *classes preponderantes* em vez do conceito ambíguo de *classes economicamente dominantes* utilizado até pelo próprio Poulantzas em *Poder Político e Classes Sociais* (1986). Entretanto, este autor também utiliza, indistintamente, o primeiro conceito nessa obra. Por isso, além de Poulantzas, também apoiamos-nos em Göran (1982) e Portantiero (1973). As *frações preponderantes* seriam aquelas que detêm um poder econômico (geralmente existe uma fração de capital ou setor econômico que subordina os outros) que aspiram à conquista da hegemonia política no interior do bloco no poder. O conceito poulantziano de bloco no poder refere-se ao conjunto de frações de classes dominantes que detêm o poder político institucionalizado do Estado, tendo uma delas, no interior do bloco, a hegemonia política (conceito que se diferencia do conceito gramsciano de hegemonia). Assim, o Estado capitalista teria uma direção política de classe.

superestrutura jurídico-política prima sobre o econômico? A que se deve a forte presença do Estado (intervenção permanente, violência estatal, Estado forte etc.) nessas sociedades?

O segundo tema importante está relacionado com a problemática do instrumentalismo. O Estado na periferia capitalista estaria determinado por uma lógica instrumentalista intrínseca a ação das classes dominantes, ou seja, seria instrumentalista por antonomasia, conforme sustentou Zavaleta em seus artigos? A rejeição dessa tese implicaria a aceitação das análises – no caso boliviano – empreendidas pela corrente teórica defendida por Mayorga e Mansilla (que interpretariam o Estado como ator político com autonomia absoluta, cuja estrutura e ação burocrática tenderia ao atrofiamento ou anomia estatal, ação essa que impediria o funcionamento do sistema político, do jogo político institucionalizado e, por conseguinte sufocaria a sociedade civil)? Do mesmo modo, a rejeição do instrumentalismo levaria a aceitar, sumariamente, as proposições e hipóteses sobre a problemática da autonomia relativa do Estado capitalista apresentadas por Nicos Poulantzas em suas diversas obras?

Por fim, o último tema a ser salientado diz respeito à problemática do Estado-Nação. Para Zavaleta (1990d), a Bolívia seria um “Estado sem nação”, ou seja, o país não teria solucionado a “questão da nação”. O Estado formado em 1952 teria sofrido uma relativa expansão em termos da ampliação do mercado, da fronteira agrícola e do planejamento da colonização interna (produto da política de Reforma Agrária realizada na década de 50 e 60) e do crescimento da burocracia estatal, diferentemente da expansão do Estado do período liberal (1899-1920). Porém, ele foi incapaz de compatibilizar, de um lado, o espaço estatal (núcleo de dominação) e o espaço geográfico (território); e de outro, entre esses dois elementos e o âmbito demográfico (população) (Zavaleta, 1986, p. 203-204). Surge então a questão de saber qual o papel do Estado-Nação boliviano instituído em 1952 e o papel jogado pelo mesmo no processo crescente da internacionalização do capital na década de 70.

Contudo, Zavaleta não consegue explicar a problemática do Estado-Nação boliviano e sua inserção na economia capitalista internacional. Estaria o Estado de 1952 em processo de desintegração gradativa (essa idéia complementa-se com a tese do autor, apresentada no item 2 deste artigo, sobre a dissolução hegemônica do Estado boliviano no período 1979-1980)? Finalmente, o Estado-Nação atrasado seria – o que se poderia deduzir das proposições do autor – um Estado que sofreria um processo de “desintegração” gradativa a tal ponto de se dissolver ou ser reduzido a um puro instrumento do capital internacional e dos países capitalistas centrais?²¹

Com efeito, as questões formuladas acima (natureza do estado atrasado, instrumentalismo e Estado-Nação) não esgotam a problemática dos assuntos aqui abordados: seu entendimento somente poderia derivar de um estudo aprofundado dos temas centrais apresentados neste artigo (regime militar e Estado boliviano), estudo esse que busque compatibilizar, numa análise crítica, os aspectos sócio-histórico e teórico. Para tanto, esse empreendimento deveria começar pela análise pormenorizada, cuidadosa e crítica das interpretações sobre o Estado boliviano feitas pelos autores bolivianos e estrangeiros. Todavia, tal empreitada não seria possível, a nosso ver, sem fazer uma opção teórico-metodológica: aplicar uma teoria, um conceito específico de Estado – neste caso, das proposições teóricas feitas por Poulantzas, particularmente em Poder Político e Classes Sociais. Vale dizer, aplicar o conceito poulantziano de Estado capitalista ao caso boliviano e explicar as principais determinações, contradições e problemas da formação social boliviana do período. Isso somente será feito se adotarmos um olhar crítico frente a esse conceito de Estado e frente aos postulados teóricos do autor à luz do objeto de estudo.

²¹ A concepção de Estado-Nação de Zavaleta é problemática; ela parece se antecipar à concepção do “processo de desintegração do Estado-Nação” apregoada pelas atuais teorias da globalização. Ver Habermas, 1995. Cabe registrar que já na década de 70 Poulantzas (1978, 1990) fez observações críticas sobre o processo de internacionalização do capital e o papel do Estado-Nação.

ABSTRACT: “The Military Regime and the Bolivian State: Balanced Bibliography and Analytic Perspectives”. This article attempts to present to the Brazilian reader a balanced bibliography of general interpretations of the character and function of the Bolivian state in the 1970s. As such, it deals with the following points: 1) the presentation of predominant interpretations regarding the existence of the Bolivian military regime during the Banzer period, and 2) the presentation of the more important interpretations of the character and function of the Bolivian state, frequently considered a “backward State”. The bibliographical analysis presented here seeks to contribute to the development of more profound research in the following matter: the accomplishment of an investigation of the military regime of the Banzer period in light of the structural and global function of the Bolivian state.

KEYWORDS: Military Regime, Bolivian State, Political Theory, Sociological Theory.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALAVI, H. L'Etat dans les sociétés post-coloniales. *Les Temps Modernes*, Paris, N° 314-315, set/out, p. 684-708, 1972.
- BANCO CENTRAL DE BOLIVIA. 50a. *Memoria Anual*. Correspondiente a la Gestión del año 1978. La Paz, Bolivia, 1978.
- BASCOPE, R. *La Veta Blanca. Coca y Cocaína en Bolivia*. La Paz: Aquí, 1982.
- BRUNET, F. El Estado, la política, las clases sociales y el capital. *Nueva Sociedad*, Caracas, Noviembre-Diciembre, p.49-56, 1986.
- CANELAS Orellana, A., & CANELAS Zannier, J. C. *Bolivia: Coca Cocaína. Subdesarrollo y Poder Político*. La Paz: Los Amigos del Libro, 1983.
- CRABTREE, J. *The great tin crash: Bolivia and the world tin market*. London: LAB, 1987.
- COMISION ECONOMICA PARA AMERICA LATINA (CEPAL). *Los Bancos Transnacionales, el Estado y el Endemamiento Externo en Bolivia*. Santiago, Chile, 1983.
- DE LA CUEVA, J. M. *Bolivia: Imperialismo y Oligarquía*. La Paz: Ediciones Roalva, 1983.
- DUNKERLEY, J. *Rebellion in The Veins. Political Struggle in Bolivia: 1952-1982*. London: Verso Editions, 1984.
- EVERS, T. *El Estado en la periferia capitalista*. 3ª ed. México: Siglo XXI, 1985.
- GALLARDO, J. *De Torres a Banzer*. 3ª. Ed. La Paz: Editorial G.H., 1991.

- GREBE, Horst. El Excedente Sin Acumulación. La Génesis de la Crisis Económica Actual. In: ZAVALA, R (org.). *Bolivia Hoy*. México: Siglo XXI, 1983, p.85-128.
- GUEVARA, W. Los militares en Bolivia. *Nueva Sociedad*, Caracas, Sept.-Oct.-Nov.-Dic., 1981.
- HABERMAS, J. *A Crise de Legitimação no Capitalismo Tardio*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994.
- _____. O Estado Nação europeu frente aos desafios da globalização. *Novos Estudos CEBRAP*, n.º.43, São Paulo, novembro de 1995.
- HUNTINGTON, S. *O soldado e o Estado*. Teoria e Política das Relações entre Civis e Militares. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1996.
- _____. *A Ordem Política nas Sociedades em Mudança*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1975.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTADISTICA (INE). *Bolivia en Cifras 1980*. La Paz, Bolivia, 1980.
- LAMBERT, J. *América Latina*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.
- LAVAUD, J. *L'Instabilité Politique de l'Amérique Latine. Le cas de la Bolivie*. Paris: L'Harmattan/IHEAL, 1991.
- LORA, G. La Clase Obrera Después de 1952. In: ZAVALA, R. (org.). *Bolivia Hoy*. México: Siglo XXI, 1983.
- _____. La Revolución Boliviana. In: *Obras Completas*. La Paz: Massas, Tomo XIV (1963-1964), 1996.
- _____. Bolivia: de la Asamblea Popular al golpe fascista. In: *Estudios Histórico-Políticos de Bolivia*. La Paz, El Amauta, 1978, p.167-330.
- _____. *Inviabilidad de la Democracia – Proletariado y Nación Oprimida*. La Paz: El Amauta, 1980.
- _____. *Causas de la Inestabilidad Política y de la Crisis de las Fuerzas Armadas*. La Paz: Massas, 1983.
- MANSILLA, H.C.F. *La Empresa Privada Boliviana y el Proceso de Democratización*. La Paz: Fundación Milenio, 1994.

- _____. Gobernabilidad, élite del poder y cultura política. In: *Democracia y Gobernabilidad*. La Paz: ILDIS, 1992.
- MALLOY, J. *Bolivia: la Revolución Inconclusa*. La Paz: CERES, 1989.
- MARINI, R. M. *Subdesarrollo y Revolución*. México: Siglo XXI, 1969.
- _____. *Dialéctica de la Dependencia*. México: Ediciones Era, 1973.
- MAYORGA, R. A. a) La Democracia en Bolivia: Consolidación o Desestabilización? *Pensamiento Iberoamericano*. Madrid, N° 14. Julio-Diciembre, 1988.
- _____. b) *Democracia e Modernización del Estado: el caso de Bolivia*. Proyecto PNUD-UNESCO-CLACSO. La Paz, 1988.
- _____. a) La Democracia entre la fragmentación y la imposición. In: MAYORGA, R. A. (comp.). *Democracia a la Deriva*. La Paz: CLACSO-CERES, 1987.
- _____. b) Crisis de Estado y Democracia. In: *Democracia a la deriva*. La Paz: CERES, 1987
- _____. Empate histórico y debilidad constructiva: la crisis del proceso de democratización en Bolivia (1978-1979). In: DEL CAMPO, J. L. M. (coord.). *Hegemonía y Alternativas Políticas en América Latina*. México: Siglo XXI, 1985.
- MIRANDA Pacheco, M. (org.). *Bolivia en la hora de su modernización*. México: UNAM, 1993.
- MORALES, A., & SACHS, J. a) Bolivia's Economic Crisis. In: SACHS, J. (edit.) *Developing Country Debt and Economic Performance*. Chicago: The University of Chicago Press, 1990.
- _____. b) Bolivia's Economic Crisis. In: SACHS, J. (edit.). *Developing Country Debt and Economic Performance*, Chicago: The University of Chicago Press, 1990. Vol. 2, pp. 157-268.
- NATIONAL ASSOCIATION OF MEDIUM MINERS (NAMM). *Annual Reports 1978*.
- NEEDLEMAN, R. Bolivia: Brazil's Geopolitical Prisoner. *Latin America & Empire Report, NACLA'S*, Vol. VIII (2), feb., 1974.
- OFFE, C. *Problemas Estructurais do Estado Capitalista*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

- PORTANTIERO, J. C. *Classes Dominantes e Crise Política na Argentina Atual. Estudos CEBRAP*, São Paulo, Nº 6, 1973.
- POULANTZAS, N. *Poder Político e Classes Sociais*. 2ª. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1986.
- _____. a) *Fascismo e Ditadura*. São Paulo: Martins fontes, 1978.
- _____. *A Crise das Ditaduras*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- _____. *O Estado, o Poder, o Socialismo*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1990.
- _____. b) *As Classes Sociais no Capitalismo de Hoje*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- _____. As transformações atuais do Estado, a crise política e a crise do Estado. In: POULANTZAS, N. (org.). *Estado em Crise*. Rio de Janeiro: Graal, 1977.
- POULANTZAS, N. & MILIBAND, R. *Debate sobre o Estado capitalista*. Porto: Afrontamento, 1975.
- RAMOS Sánchez, P. *Siete Años de Economía Boliviana*. Universidad Mayor de San Andrés. La Paz, 1980.
- _____. *Radiografía de un golpe de Estado*. La Paz: Puerta del Sol, 1983.
- RODAS Morales, H. *Huanchaca. Modelo Político Empresarial de la Cocaína en Bolivia*. La Paz: Plural Editores, 1996.
- SANCHEZ, R. *Brasil en Bolivia: lecciones de un golpe militar*. Santiago: Ediciones Letras, 1972.
- SONTTAG, H. R. Hacia una teoría política del capitalismo periférico. In: *El Estado en el Capitalismo Contemporáneo*. México: Siglo XXI, 1985.
- SORIA Galvarro, C. *Con la Revolución en las Venas*. Los mineros del Siglo en la resistencia antifacista. La Paz: Roalva, 1980.
- STEPAN, A. *The Military in Politics. Changings Patterns in Brazil*. Princeton: Princeton University Press, 1971.
- “TESIS DE PULACAYO (Tesis Central de la Federación de Trabajadores Mineros de Bolivia)”. In: LORA, G. *Documentos Políticos de Bolivia*. La Paz: Futuro, 1987.
- THERBORN, G. *Cómo Domina la Clase Dominante?* 2ª. ed. México: Siglo XXI., 1982.

- UNIDAD DE ANÁLISIS DE POLÍTICA ECONÓMICA (UDAPE). *Estadísticas Económicas de Bolivia*. La Paz, 1990.
- VILLEGAS Quiroga, C. & AGUIRRE Badani, A. *Excedente y Acumulación en Bolivia: 1980-1987*. La Paz, CEDLA, 1989.
- VERGOPOULOS, K. L'Etat Dans le Capitalisme Peripherique. *Revue Tiers Monde*, Paris, N° 24, jan-mar, pp.35-52, 1983.
- WHITEHEAD, L. A democratização fracassada da Bolívia: 1977-1980. In: O'DONNELL, G. *Análise do autoritarismo burocrático*. São Paulo: Paz e Terra, 1990.
- ZAVALETA Mercado, R. Bolivia: la fuerza de la masa. *Nueva Sociedad*, Caracas, N° 47, 1980.
- _____. a) Las masas en Noviembre. In: ZAVALETA, R. (org.). *Bolivia Hoy*. México: Siglo XXI, 1983.
- _____. b) Autodeterminación y democracia en Bolivia (1978-1980). In: GONZALES C., P. (coord.). *No Intervención, Autodeterminación y Democracia en América Latina*. México: Siglo XXI, 1983.
- _____. *Lo nacional-popular en Bolivia*. México: Siglo XXI, 1986.
- _____. *El Poder Dual. Problemas de la Teoría del Estado en América Latina*. La Paz: Los Amigos del Libro, 1987.
- _____. La Revolución democrática de 1952 y las tendencias sociológicas emergentes. In: ZAVALETA, R. *Clases Sociales y Conocimiento*. La Paz: Los Amigos del Libro, 1988.
- _____. a) Notas sobre fascismo, dictadura y coyuntura de disolución. In: *El Estado en América Latina*. La Paz: Los Amigos del Libro, 1990.
- _____. b) Notas sobre la cuestión nacional en América Latina. In: *El Estado en América Latina*, La Paz: Los Amigos del libro, 1990.
- _____. c) Cuatro conceptos de democracia. In: *El Estado en América Latina*, La Paz: Los Amigos del Libro, 1990.
- _____. d) El Estado en América Latina. In: *El Estado en América Latina*. La Paz: Los Amigos del Libro, 1990.
- _____. *50 Años de Historia*. La Paz: Los Amigos del Libro, 1992.